

**ESCOLA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
MULHERES: DIÁLOGOS INICIAIS ACERCA
DA IMPLEMENTAÇÃO E FUNCIONAMENTO
DOS NÚCLEOS DE ESTUDOS DE GÊNERO
E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER EM PERNAMBUCO**

MARIA CLAUDIA VIRGÍNIA DE LIMA

RESUMO

O presente trabalho se propõe a dar início aos diálogos acerca da implementação e do funcionamento dos Núcleos de estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher (NEGs) – frutos de uma parceria firmada entre a secretaria da Educação e a secretaria da Mulher do estado de Pernambuco – dentro das escolas técnicas, de referência, Institutos Federais e Instituições de ensino superior no estado, por perceber que iniciativas como essa que resultam na criação de programas de ação efetiva no âmbito educacional possibilitam que haja dentro das escolas e demais ambientes de educação formal – com possibilidade de aproximação com a comunidade circunvizinha – um espaço vivo de debates, transmissão de conhecimentos e fomentação dos discursos de equidade de gênero.

Palavras-chave: Educação; Gênero; Política

1. INTRODUÇÃO

No trabalho que aqui segue, dialogaremos acerca da implementação e funcionamento dos Núcleos de estudos de gênero e enfrentamento da violência contra a mulher. O anseio por dar início aos diálogos que versem sobre a criação e o funcionamento desses núcleos surge da percepção de que iniciativas como essa possibilitam que haja dentro das escolas – e com possibilidade de aproximação com a comunidade circunvizinha – um espaço vivo de debates, transmissão de conhecimentos e fomentação dos discursos de equidade de gênero. Se trata, pois, de uma breve explanação acerca da criação desse subprograma e de sua implementação com fins de lançar luz às reflexões acerca da importância das políticas públicas educacionais e de ações efetivas advindas das mesmas, que objetivem interferir direta e concretamente no meio educativo e social escolar. Esse diálogo aqui iniciado não se pretende cristalizado nem taxativo, pretende-se o que propriamente sugere o seu título: apresentar ideias e dados iniciais, tendo em vista que a pesquisa acerca desse objeto está ainda em andamento. Para percebermos a dimensão da relevância da proposta de criação, implementação e manutenção desses núcleos é preciso refletir inicialmente sobre as perspectivas que estão postas para as questões de gênero na nossa sociedade e sobre a escola e sociedade enquanto objetos indissociáveis. É o que faremos a seguir.

2. GÊNERO, CULTURA E SOCIEDADE

Gênero é a expressão que têm sido utilizada na contemporaneidade, especialmente pelas pesquisadoras feministas, para dialogar acerca dos papéis e das condições que estão postas socialmente para homens e mulheres. Falar em gênero e não em sexo, em suma, é admitir que essas condições partem de um âmbito social e não biológico. Assim, entendemos que aquilo que está intrínseco ao falarmos de gênero e seus entrelaces são uma construção histórica e social, fruto da nossa cultura e da engrenagem política e social na qual estamos inseridos (COLLING, 2015). Não ignoramos, contudo, que o sexo, ou seja, o viés biológico das diferenças entre homens e mulheres é corriqueiramente utilizado, como o ponto de partida para a construção das diferenças tidas no âmbito social.

São essas diferenças socialmente construídas e amplamente disseminadas e naturalizadas que admitem para os homens, em especial os

homens brancos, cisgêneros e heterossexuais, um lugar centralizado e de manutenção de poder em relação às mulheres que, nessa perspectiva, ocupam um lugar secundário e a considerar os recortes, a exemplo das mulheres negras, indígenas e transsexuais, um lugar marginalizado e invisibilizado. Essas concepções e essas alocações dos sujeitos formadas a partir dos valores e das práticas culturais são disseminadas de forma aparentemente despreziosa nos mais diversos espaços sociais como a família, a igreja, a escola. Essa dinâmica de naturalização, fomentação e transmissão de discursos e práticas carregados de condicionamentos se sustenta justamente na repetição desse ciclo. A sociedade é o motor que se encarrega de legitimar as diferenças e de atribuir-lhes sentido e significado, estes que, ocasionalmente, irão corroborar com a manutenção das desigualdades.

A família é, recorrentemente, o primeiro núcleo no qual os sujeitos se veem inseridos, assim, é geralmente no seio familiar que irão ocorrer as primeiras aprendizagens dos indivíduos, essa formação informal, coordenada pelos familiares, é baseada nos preceitos e valores de cada organização familiar e assim, a partir dessa educação, os sujeitos tendem a reproduzir os comportamentos, as ações e as crenças apreendidas nesse espaço (MAIO; OLIVEIRA; PEIXOTO, 2018). As igrejas, templos, ou quaisquer outros ambientes de cunho religioso, se constituem também como um importante espaço de socialização e de educação, dotados de inquestionáveis poder e prestígios entre os seus seguidores, esses espaços instituem sobre seus fiéis um conjunto de regras de conduta, pensamento e ação que organizam e norteiam a sua vida privada e, recorrentemente, também a vida pública. Assim como a instituição familiar, as instituições religiosas também estão ofertando a educação que chamamos de informal.

Considerando que, nossa sociedade se organiza historicamente como patriarcal e machista, compreendemos que, muitas vezes, esses espaços são convertidos em centros de reprodução de concepções, comportamentos e ações tidas como “ideais” ou até mesmo “corretas”, estes estão embebidos de discursos organizados com o objetivo único de fomentar aquilo que é tido como norma no que diz respeito as alocações dos sujeitos que estão supracitadas. E assim se faz, posto que a norma precisa da norma para continuar existindo. Ou seja, é preciso que o ciclo de naturalização, fomentação e ação pautadas nos discursos favoráveis a manutenção da hierarquia entre os sujeitos continue acontecendo de forma ininterrupta. É dessa forma que percebemos o reforço

e simultâneo fortalecimento de mazelas como o machismo, o sexismo e tantas outras que revelam a face de um país marcado pela segregação de classe, de raça, de gênero e de sexualidade.

A partir da reflexão aqui exposta, torna-se possível entender que os primeiros conhecimentos transmitidos aos sujeitos, sobre variadas temáticas dentre elas a de gênero são atravessados por inúmeros preconceitos e estigmas diretamente fundamentados na nossa herança cultural.

No que diz respeito a educação formal, temos a escola como primeiro e, por diversas vezes, único ambiente destinado à esse fim. A educação formal parte da educação informal, no sentido de que os estudantes já chegam às escolas com uma prévia bagagem cultural, mas diferenciando-se da primeira, ela toma como base os conhecimentos científicos. Todavia, por ser um espaço imerso na sociedade que o detém, a escola, recorrentemente, vai refletir e reproduzir as suas mazelas, tornando-se um ambiente marcado por diversas tensões e contradições. Assim, podemos compreender que, estando a escola fundamentada também pelos conhecimentos produzidos no âmbito do senso comum, ela será também um vetor de fomentação e reprodução das mazelas sociais que vêm se sustentando geração a geração através dos discursos que legitimam as relações hierárquicas e conseqüentemente alimentam as condições de desigualdade.

Sob o *status* de naturalidade e ampla aceitação cultural que é reforçada com os dizeres de “sempre foi assim” e demais expressões semelhantes carregadas do peso do tradicionalismo e conservadorismo, aquilo que se defende se converte no saber e o saber organizado a partir da perspectiva das partes detentoras do poder, se converte naquilo que é concebido como a “verdade.” É na retórica de manutenção e de defesa dessa verdade que, na perspectiva de gênero, são designados para meninas e meninos, mulheres e homens, papéis, funções sociais e modelos de pensamento e comportamento. Cientes disso e da relação direta da escola com a sociedade e por consequência a não isenção da sua participação enquanto vetor de reprodução de estigmas e da assimilação de problemáticas posturas, que, enquanto professoras e professores, estamos aptos a identificar inúmeras circunstâncias atravessadas pelas questões de gênero.

Assim, de frente percebemos que os diálogos acerca de gênero e educação não objetivam levar as discussões de gênero para dentro da escola, mas sim, reconhecer que os espaço escolar está invariavelmente impregnado de demarcações e conflitos direta ou indiretamente ligados

a gênero e, a partir desse reconhecimento, redirecionar as falas e ações acerca do tema sob o aparato da ciência. O contato direto com a ciência possibilita que escola pode ser concebida também, para além do aspecto reprodutor, o ambiente ideal para que as discussões acerca da temática avancem, indo além da perspectiva meramente biológica, simplista e rodeada de reducionismos que considera fundamentalmente o sexo biológico como marcador, assimilando também as perspectivas culturais, políticas e sociais que, sem dúvidas, são importantes faces da construção das questões de gênero.

Maio, Oliveira e Peixoto (2018) defendem que a escola possui como particularidade a dinâmica de interpretações sociais e que isso vai diferenciá-la dos demais espaços de formação – informal – em outras palavras, por fazer parte da função social da escola a transmissão de conhecimentos científicos exige-se dela uma reflexão acerca das construções socialmente postas, inclusive, das origens das mazelas que na sociedade se materializam, direcionando sob as mesmas uma visão crítica e reflexiva a fim de alcançar o entendimento acerca da sua estrutura e organização e também com vistas a perceber ou construir trajetos para superá-las.

Fialho e Sousa (2019) reiteram esse ponto de vista quando afirmam que que a instituição escolar é um lugar que detém o privilégio de estar embebida em discursos que se pautam nas relações sociais e que por essa razão tanto é capaz de se direcionar para a reprodução quanto para a reflexão acerca das hierarquias. As autoras dizem ainda que é necessário perceber como se dá esse direcionamento para que se torne efetivo o processo de combate às desigualdades.

Em suma, podemos compreender que o que possibilita à escola um caráter transformador é a sua aptidão para assimilar e interpretar os fenômenos objetivando avançar sobre eles. É a partir desse entendimento que enquanto professores e/ou pesquisadores devemos admitir a escola como um espaço de notório potencial transformador. Contudo, precisamos estar cientes de que para que a instituição escolar enverede por esse trajeto crítico, reflexivo e com fins de emancipação, é preciso que os conhecimentos, práticas e discussões, pertinentes às questões de gênero sejam reconhecidos e estruturados dentro da comunidade escolar. Especialmente através das políticas públicas educacionais.

As políticas públicas devem ser idealizadas e aplicadas com fins de consolidação dos direitos que são garantidos à população. Na perspectiva da educação, as políticas devem garantir que todos e todas tenham acesso à educação pública e gratuita de maneira equivalente. Contudo,

expandido as preocupações para além do acesso, algumas inquietações tem movimentado os estudiosos e estudiosas da área de gênero e educação. Dentre essas cabe destacar as que versam acerca da maneira a qual a educação tem se estruturado dentro da escola, se a mesma tem sido disseminada a partir de uma postura crítica e reflexiva, se essa tem dentre os seus objetivos a emancipação dos sujeitos e se o exercício da busca pela equidade tem se feito presente e, especialmente, se as políticas públicas educacionais estão sendo formuladas e direcionadas para contribuir com a fomentação e disseminação dos saberes que versem sobre as questões de gênero.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E GÊNERO: A CRIAÇÃO DOS NEGS

Expandindo as reflexões acerca das relações de gênero e da sua relação com a sociedade e, conseqüentemente, com escola, podemos compreender que, em suma, ainda existem grupos ocupando um lugar de centralidade em detrimento à grupos que estão marginalizados, na base da pirâmide sujeitos a condições desiguais e sofrendo discriminação. Idealizar e pôr em prática mudanças naquilo que está culturalmente posto não é tarefa simples, exige primeiramente o reconhecimento daquilo que é problemático e o conhecimento acerca de onde e como as mazelas se reproduzem e são disseminadas. Na prática, o primeiro passo é reconhecer que há um problema e a partir dessa tomada de consciência trilhar o caminho para a crítica, a reflexão e a superação.

É nesse contexto que concebemos que a ciência pode ser uma grande aliada no que tange a exposição das mazelas e do impacto que essas têm na vida cotidiana daquelas que à elas estão ligados e que se encontram ou, se encontravam, invisibilizados. A partir da transmissão de conhecimentos, na dinâmica de ensinar e simultaneamente aprender, torna-se possível lançar contribuições para o progresso coletivo e individual da autonomia e da crítica, no que tange as questões de gênero (ALVAREZ; VIEIRA; OSTROUCH-KAMINSKA, 2017).

É a partir do entendimento de que a escola é um local privilegiado para que sejam continuados ou iniciados os diálogos e debates acerca de gênero fundamentados através dos conhecimentos científicos e portanto, dotados de uma faceta crítica e reflexiva, que torna-se necessário perceber como efetivamente essa temática tem sido abordada na escola e de como as políticas públicas educacionais estão intervindo a fim de

proporcionar a existência de espaços que objetivem lançar luz à essas questões.

Acerca de ações e programas do governo, no que tange o trato de questões de gênero no âmbito educacional, o estado de Pernambuco através de uma parceria entre a Secretaria da mulher e a Secretaria de educação, firmada em 2011, criou os Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher (NEG). Inicialmente foram implantados em 5 escolas estaduais e, até o momento, segundo dados da secretária de educação atualizados em 2020, o estado conta com 226 núcleos de estudos de gênero estando 153 desses nas escolas de referência em ensino médio, 23 em escolas técnicas e, os demais, distribuídos em instituições de ensino técnico e superior federal sendo 33 nas instituições de ensino superior e 16 nos campi do IFPE. A proposta fala de um funcionamento autônomo, respeitando a especificidades da instituição em que estão implantados, definidas a partir do contexto em que a escola está inserida, gestão, estrutura, organização, perspectivas e etc. Dessa forma, os núcleos devem promover o acesso a atividades de pesquisa, leitura, debates, discussões e darem possibilidade de execução de atividades/ações que alcancem para além da instituição a comunidade em que está inserido, além disso devem ser oferecidas formações ao corpo docente na área em questão. Logo, entende-se que essas unidades devam promover atividades que se inserem nos âmbitos de formação, pesquisa e extensão.

Os núcleos de estudos de gênero fazem parte de uma das atuações da Política de Formação em Gênero e Apoio às Mulheres na Produção de Conhecimento, na Cultura e nos Esportes que, regulada pela Gerência de Formação de Gênero, responde diretamente à Secretaria da mulher. Os Núcleos de estudo de gênero são um subprograma do Programa de Formação em Gênero no ensino formal, esse tem como objetivo estimular e fomentar as discussões acerca das questões de gênero e também da violência contra as mulheres dentro do espaço escolar visando ampliar os conhecimentos e enriquecer o debate acerca dessas temáticas a fim de contribuir com o combate à desigualdade e a violência de gênero. Segundo a secretaria da mulher de Pernambuco, os núcleos:

Têm como objetivo a realização de ações de formação e pesquisa em gênero e educação, envolvendo profissionais e estudantes, através da reflexão e discussão sobre as desigualdades existentes entre homens e mulheres na sociedade, como estratégia para combater o preconceito

e fundamentar a construção de uma práxis comprometida com a luta das mulheres. Neles, portanto, está depositada a confiança na transformação que precisam passar os papéis de homens e mulheres nas novas gerações, fortalecendo o processo de ruptura com o paradigma patriarcal. (SECMULHER, 2013, p. 45)

Dessa forma, é possível compreender que a implementação desses núcleos se dá a partir da perspectiva do trato das questões de gênero na educação e da perspectiva de políticas públicas educacionais direcionadas para as mulheres. A proposta de implementação desses Negs visa aumentar o número de pessoas que se proponham a compreender, discutir e assim fomentar as discussões de gênero.

4. RESULTADOS INICIAIS ORIUNDOS DAS PESQUISAS BIBLIOGRÁFICAS

Para ilustrar a implementação e o funcionamento de um dos Negs existentes, destaco as contribuições de Guedes e Silva (2015) que traz em sua pesquisa dados encontrados em uma das escolas da região metropolitana do Recife onde um Neg fora implementado, esse autor destaca que na escola estudada, a EREM Trajano Mendonça, as professoras que se colocaram a frente da organização dos núcleos já tinham uma predisposição ao lançamento de discussões de gênero na escola o que, no seu entendimento, facilitou o processo de implementação e desenvolvimento do espaço. Anteriormente à implementação desse Neg, eram desenvolvidos nas proximidades do dia da mulher a Semana rosa e lilás onde os alunos e alunas usavam adereços nessas tonalidades afim de pontuarem que as cores não possuem gênero e eram realizadas discussões sobre violência contra a mulher e temáticas associadas.

O sucesso desse evento incentivou uma das professoras a escrever um relato de experiência para o Prêmio Naíde Teodósio – é fruto de uma ação conjunta da sec. da mulher e diversos parceiros – no qual ela obteve premiação, bem como os alunos participaram enviando redações que versassem acerca da temática de gênero e um deles fora também premiado. Esse reconhecimento incentivou diretamente os alunos e o destaque para escola levou a sec. da mulher no ano de 2012 a convidar a escola para implementar um Neg no local. Segundo relata, após tornado oficial, esse Neg acabou por atrair a participação de mais professores, especialmente os das área de humanas. Aqueles professores que não atuavam diretamente no núcleo doavam espaço para a divulgação das atividades

desenvolvidas e para discussão de gênero nas turmas, os professores que atuavam diretamente nos núcleos puderam se aproximar ainda mais da temática de gênero a partir dos estudos desenvolvidos através das leituras de artigos científicos e da formação em gênero promovida pela secretaria da mulher.

O autor destaca a impressão dos professores que relatam a percepção de uma maior criticidade por parte dos alunos em relação a situações que principiavam o debate de gênero, especialmente as músicas e os acontecimentos que tinham visibilidade na mídia. Dentre as dificuldades relatadas se destacam a falta de estímulo financeiro para os professores que colocam a frente do Neg, a dificuldade de conciliar a carga horária dos professores com as demandas do núcleo e o fato de apenas um professor poder participar efetivamente da formação em gênero oferecida pela secretaria.

Cada núcleo é implementado sob o princípio da autonomia de funcionamento, isso implica dizer que a depender do contexto social, gestão, organização e demais fatores associados diversas realidades podem ser encontradas. Nesse sentido, quanto maior for o aprofundamento dos conhecimentos acerca da estruturação, direcionamento e assimilação desse subprograma a partir da observação e análise de instituições contempladas com os mesmos, maior a possibilidade de se conceberem alternativas teórico/práticas de qualificação desses espaços nos âmbitos que apresentarem necessidades. Para além disso, é preciso enquanto pesquisadores e professores, cientes da importância da criação e manutenção desses espaços de diálogo, em tempos de incerteza, nos movimentarmos no sentido de salvaguardar a existência e funcionalidade dos mesmos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imprescindível salientar que na perspectiva do Brasil contemporâneo esses espaços estão (re)existindo e lançando luz à discussões acerca de gênero, enfrentamento a violência contra a mulher e educação num momento em que os discursos vindos das lideranças se mostram antagonistas a existência desses debates, fato que se comprova com a retirada da palavra “gênero” do plano nacional de educação em 2014, e a propagação, até os dias de hoje, do que vem a ser a chamada e questionável “ideologia de gênero” o que sinalizava à tempo a onda retrocessos

e de superficialização/esvaziamento dos debates que estamos acompanhando nos últimos anos.

Em outros termos, na contramão de ações como a criação desses núcleos, que são idealizados para promover o estudo de temáticas tão urgentes como as questões de gênero e violência, podemos perceber que há, na atualidade, uma recorrente tentativa de retrocesso e/ou estagnação no que diz respeito à garantia da criação e manutenção de espaços que promovam essas e outras discussões abrangendo os anseios das minorias (mulheres, negros, lgbt+, etc;).

Percebemos o progressivo avanço da retórica conservadora no Brasil, as frentes conservadoras têm se apropriado dos temas pertinentes às minorias, como é o caso das discussões atreladas a gênero, sob a perspectiva da vida das mulheres, e deturpado seus sentidos reais, disseminando discursos fantasmáticos e causando na população uma espécie de pânico moral. A chamada “ideologia de gênero” foi o vetor de inúmeros debates, conjecturações e alvo de inúmeras criações de teorias falsas, deturpadas que rapidamente foram disseminadas entre a sociedade reiterando os discursos que pregam um ataque contra a família – tradicional – brasileira e transformam aqueles e aquelas que se dedicam aos estudos desse tema, ou que se dedicam a fomentação dos discursos progressistas na área, em uma ameaça. Esse avanço da retórica conservadora nos deixa em estado alerta sobre os riscos que a assimilação e aceitação desse pensamento podem significar para as conquistas alcançadas, especialmente pelos movimentos sociais, nos últimos anos.

Essa estrutura de pensamento tem ganhando representantes nos cargos públicos e esses têm interferido diretamente na organização e no funcionamento da sociedade embasando suas intervenções em suas crenças e ideologias particulares, a exemplo, como dito acima, temos a retirada da palavra “gênero” dos documentos oficiais pertinentes à educação, após o burburinho causado pelas discussões acaloradas acerca da “ideologia de gênero”. Essa interferência deixa evidente o intuito de afastar a sociedade do contato, tão necessário, com temáticas que são importantes e urgentes para a emancipação dos sujeitos, para a busca da equidade e para a construção de uma sociedade mais justa para todos e todas.

É na percepção desse contexto, cientes dos avanços perigosos do discurso conservador e concebendo a urgente necessidade do aprofundamento dos diálogos, debates e conhecimentos acerca das questões de gênero na escola e da grande importância da criação,

manutenção e efetividade das ações, projetos, políticas e programas, como os Negs, que promovam essas vivências, tendo em vista que conflitos questionamentos e tensões relacionadas às concepções de gênero já fazem parte do cotidiano escolar, independentemente a outros fatores e aos desejos de um ou outrem que percebemos a viabilidade, necessidade e importância de lançarmos luz aos estudos de programa que abarcam essa temática, como é o caso da criação dos Núcleos de Estudos de Gênero no estado de Pernambuco.

Considerando todas as reflexões aqui iniciadas, empreendemos estarem evidentes a inegável relevância das políticas públicas educacionais que estejam voltadas para a área de gênero e do seu uso enquanto objetos de investigação da realidade. Cientes de ciência é capaz de proporcionar avanços para a vida das pessoas individual e coletivamente, é necessário que lancemos mão dos recursos disponíveis para identificarmos os problemas, garantindo-lhes visibilidade e assim, possibilitando que sobre eles sejam feitas críticas e reflexões com fins de uma intervenção qualitativa tanto no âmbito das teorias quanto das práticas.

Fomentar e enriquecer os conhecimentos e diálogos acerca de gênero através da ciência e introduzi-los na escola, alcançando a comunidade escolar, é contribuir com a formação global dos sujeitos, conduzindo essa formação a partir de um viés crítico, reflexivo e emancipador que possibilita que esses sujeitos se tornem questionadores das condições e papéis que foram historicamente e socialmente construídos e que encontram-se postos como “a verdade” mas que não dão conta de abarcar a multiplicidade dos sujeitos e a infinitas possibilidades de ser, estar, alcançar, inerentes à existência humana e que não se limitam em acordo com o ser mulher ou ser homem. É trilhar o caminho na busca pela construção de uma sociedade mais justa e que esteja fundamentada na princípio da equidade.

REFERÊNCIAS

1. ALVAREZ, Teresa; VIEIRA, Cristina Coimbra; OSTROUCH-KAMINSKA, Joanna. Gênero, Educação e Cidadania: Que agenda para a Investigação Científica e para o Ensino e a Formação? **Ex aequo**, Lisboa, n. 36, p. 9-22, dez. 2017 .
2. **Anuário da Secretaria da Mulher:** Pernambuco Melhor para as mulheres; Pernambuco melhor para todas as pessoas. PERNAMBUCO: CEPE, 2013.

3. COLLING, Ana Maria. Inquietações sobre educação e gênero. **Revista Trilhas da História**, v. 4, n. 8, p. 33-48, 2015.
4. FIALHO, Lia Machado Fiuza; DE SOUSA, Francisca Genifer Andrade. Feminismo e machismo na escola: Desafios para a educação contemporânea. **Interfaces Científicas-Educação**, v. 8, n. 1, p. 35-50, 2019.
5. GUEDES E SILVA, Rômulo. Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher: análise de sua institucionalização nas Escolas de Referência do Ensino Médio em Pernambuco. 2015. 75 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio, Fundação Joaquim Nabuco, Pernambuco
6. MAIO, Eliane Rose; OLIVEIRA, Márcio; PEIXOTO, Reginaldo. Formação em gênero e educação para a sexualidade: considerações acerca do papel da escola. **Revista Nupem**, v. 10, n. 20, p. 51-62, 2018.